



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0147/2025

Pregão nº 446/2024 – NEGEP-SERP
Processo nº 2024-0CGDN
COMPRASGOV: nº 90446/2024
UASG: 925120
ID CidadES nº 2024.500E0500019.02.0417

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pela Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde, CAROLINA MARCONDES REZENDE SANCHES, designado pelo Decreto Estadual nº 1953-S, DE 01.10.2024 e publicado no DIO de 02/10/2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS - SERP, sob nº. 446/2024, conforme processo E-DOCS nº 2024-0CGDN, RESOLVE registrar os preços da empresa: ABC FARMACÊUTICO LTDA (CNPJ: 52.967.925/0001-00), com sede a Rua Francisco Assumpção de Carvalho nº 116 Cep: 29.109-024, Jardim Guadalajara, Vila Velha, ES– E-mail: licitacao@abcfarmaceutico.com.br – empenhoabcfarmaceutico@gmail.com - Telefone: (27) 3340-7972 OU (27) 3075-2397 - neste ato representado por LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAUJO, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelos Decretos Estaduais nº 5.354-R/2023 e 5.545-R/2023, e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de MEDICAMENTOS-SERP, especificado no Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 446/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas do item, fornecedores e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

| ITEM | CÓD. SIGA | CÓD. CATMAT | ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT. MÁX. | VALOR UNITÁRIO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|------|-----------|-------------|---|------------|-------------|--------------------|-----------------|
| 01 | 243205 | 276839 | DILUENTE USO HUMANO: SOLUCAO CONCENTRADA INJETAVEL COMPOSICAO: AGUA DESTILADA. FORMA FARMACEUTICA: AMPOLA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: 10 ML; EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO E PROCEDENCIA. MARCA: FARMACE - AGUA PARA INJEÇÃO FABRICANTE: FARMACE DETENTOR DO REGISTRO: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICOFARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº DO REGISTRO: 1108500110066 | COMPRIMIDO | 2334000 | R\$ 0,2117 | R\$ 494.107,80 |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | | | | | | | |
|----|--------|--------|---|-----------|----------|------------|----------------|
| 04 | 250117 | 446264 | MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML FORMA FARMACEUTICA: XAROPE PEDIATRICO + COPO MEDIDOR; VIA DE ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO MARCA: GENÉRICO FABRICANTE: FARMACE DETENTOR DO REGISTRO: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICOFARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº DO REGISTRO: 1108500390115 | MILILITRO | 13157100 | R\$ 0,0195 | R\$ 256.563,45 |
| 05 | 250118 | 446263 | MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML FORMA FARMACEUTICA: XAROPE ADULTO + COPO MEDIDOR; VIA DE ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO MARCA: GENÉRICO FABRICANTE: FARMACE DETENTOR DO REGISTRO: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICOFARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº DO REGISTRO: 1108500390050 | MILILITRO | 8434650 | R\$ 0,0234 | R\$ 197.370,81 |

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo "A" a esta Ata.

3 - ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 - O órgão gerenciador será a **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**.

3.2 - São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

| ITEM | CÓDIGO SIGA | CÓDIGO CATMAT | DESCRIÇÃO | UNIDADE | PARTÍCIPES | QUANTITATIVO PROGRAMADO |
|------|-------------|---------------|---|-------------|------------|-------------------------|
| 01 | 243205 | 276839 | DILUENTE USO HUMANO: SOLUCAO CONCENTRADA INJETAVEL COMPOSICAO: AGUA DESTILADA. FORMA FARMACEUTICA: AMPOLA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: 10 ML; EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO E PROCEDENCIA. | AMPOLA 10ML | ANEXO I | 2334000 |
| 04 | 250117 | 446264 | MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML FORMA FARMACEUTICA: XAROPE PEDIATRICO + COPO MEDIDOR; VIA DE ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | MILILITRO | ANEXO I | 13157100 |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | | | | | | |
|----|--------|--------|---|-----------|---------|---------|
| 05 | 250118 | 446263 | MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML FORMA FARMACEUTICA: XAROPE ADULTO + COPO MEDIDOR; VIA DE ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | MILILITRO | ANEXO I | 8434650 |
|----|--------|--------|---|-----------|---------|---------|

3.3 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

4 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

- 4.1.1 - identificação da ARP de interesse;
- 4.1.2 - indicação dos itens e respectivas quantidades;
- 4.1.3 - endereços de entrega ou de prestação dos serviços;
- 4.1.4 - dados de contato do requerente;
- 4.1.5 - assinatura e identificação do subscritor; e
- 4.1.6 - outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.

4.2 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5 - Dos limites para as adesões

- 4.5.1 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.5.2 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.5.3 - Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item **4.5.1**.

5 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 5.1.1 - Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item **5.1** deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

- 5.1.2 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de fornecimento, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2.1 - O instrumento contratual de que trata o item **5.2** deverá estar vigente no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.4 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do licitante vencedor;
- 5.4.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1 - aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2 - mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5 - O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1 - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2 - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item **9** -.
- 5.8 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.8.1 - Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item **5.8** deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.
- 5.9 - Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 5.9.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

5.11 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **0**, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item **5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1 - convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1- Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 - Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3.1 - No caso do reajuste, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer a revisão, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

- 7.2.1 - o requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;
- 7.2.2 - a modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública;
- 7.2.3 - seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
- 7.3** A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor, cabendo ao órgão ou entidade gerenciadora a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 7.4** Ao receber o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora poderá decidir pela suspensão da ata, até a conclusão da análise.
- 7.5** Comprovada a desatualização decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá:
- 7.5.1 - efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; e
- 7.5.2 - cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.
- 7.6** Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e na ata.
- 7.7** Na hipótese do cancelamento do registro de preços previsto no item **7.2.2**, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor ou que mantiveram sua proposta final.
- 7.8** Excepcionalmente, na hipótese do item **7.6**, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido sem a aplicação de sanções quando, constatada a existência de fato superveniente que implique em desatualização dos preços, não for possível quantificar seu impacto no valor originalmente registrado.
- 7.9** O reajuste e a repactuação dos preços registrados dependerão de requerimento do fornecedor, observando as normas aplicáveis aos contratos administrativos.
- 7.9.1 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8 - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas entre órgãos ou entidades participantes do item, incluindo o gerenciador, quando este for participante, e para os quantitativos ainda não contratados.
- 8.2 - O órgão ou entidade solicitante realizará consulta formal e direta aos demais participante informando o item e o quantitativo que deseja.
- 8.3 - O órgão ou entidade cedente verificará a possibilidade de remanejamento e, se constatada a possibilidade, somente poderá autorizar o remanejamento mediante declaração de sua autoridade competente atestando a disponibilidade de saldo não contratado e a ciência quanto à redução do seu quantitativo solicitado.
- 8.4 - O órgão ou entidade solicitante deverá submeter o pedido ao órgão ou entidade gerenciadora juntamente com a justificativa para o acréscimo e a autorização de remanejamento do órgão ou entidade cedente.
- 8.5 - Recebido o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora verificará a conformidade da solicitação e procederá à formalização de termo aditivo.
- 8.6 - Em nenhuma hipótese o fornecedor beneficiário da ARP poderá negar ou condicionar o fornecimento ao órgão ou entidade participante que teve sua solicitação atendida em função do processo de remanejamento.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

9 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 - O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:

9.1.1 - descumprir as condições da ARP;

9.1.2 - não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;

9.1.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.1.4 - sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.

9.2 - Na hipótese do item **9.1.4**, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3 - O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.4**.

9.4 - Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:

9.4.1 - por razões de interesse público; ou

9.4.2 - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

10 - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 - É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3 - O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item **10.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 - CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2 - No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

12 - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

CAROLINA MARCONDES REZENDE SANCHES
SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
CONTRATANTE

LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAUJO
ABC FARMACÊUTICO LTDA
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

Aquisição nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

| QUADRO RESUMO | |
|--|--|
| Título e Objetivo Geral: | Aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), exclusivamente para os Municípios participantes do SERP (Sistema Estadual de Registro de Preço). |
| Delimitação do Objeto a ser licitado: | Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). |
| Modalidade de Licitação e Base Legal: | Pregão Eletrônico - Registro de Preços , conforme Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5354-R/2023. |
| Estimativa do valor da contratação: | R\$ 948.042,06 (Novecentos e quarenta e oito mil, quarenta e dois reais e seis centavos) |
| Prazo estipulado de vigência contratual: | O prazo de vigência da ARP, contado a partir da publicação, será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período. |
| Informação Orçamentária: | Ver em Anexo III - Relatório de despesa orçamentária |
| Unidade Administrativa responsável pela execução do objeto e fiscalização: | Almoxarifado de Medicamentos dos Municípios participantes do SERP. |
| Prazo estipulado para entrega: | 20 (vinte) dias , contado a partir do recebimento da ordem de fornecimento. |
| Equipe responsável pela elaboração do termo de referência: Milena Lopes Francisco Bittencourt – Chefe de Núcleo Especial- SESA/GEAF/NEGEP – matrícula 3548147- milenabittencourt@saude.es.gov.br – (27) 3636-8412. Wemerson Reis de Lima – Farmacêutico – SESA/GEAF/NEGEP – matrícula 4220765 geaf.serp@saude.es.gov.br – (27) 3636-8359. | |
| Versão e data do Termo de Referência: | Versão: 2.0 Data: 21/10/2024 |
| Gestor da Ata e/ou Equipe Fiscal: Gestor: Gestor de ata: Wemerson Reis de Lima – Farmacêutico – SESA/GEAF/SERP – matrícula 4220765 geaf.serp@saude.es.gov.br – (27) 3636-8359. Gestor e Fiscal de contrato: Os fiscais e gestores da execução das atas de registro de preço serão posteriormente designados formalmente pelos Municípios do Estado do Espírito Santo nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. | |
| Modo de Disputa | Aberto/Fechado |
| Critério de Julgamento | Menor Preço |
| Forma de Adjudicação | Por item |



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

| | |
|--|-----|
| Encaminhamento de Amostra | NÃO |
| Será permitido a Adesão | SIM |
| Será permitida a participação de Consórcio | NÃO |

2 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar constante no apêndice deste Termo de Referência.

3 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

Registro de Preços para futuras e eventuais aquisição de medicamentos, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1 A abertura de ata de registro de preços visa atender aos pacientes da Rede Municipal de Saúde e demais órgãos participantes, com o objetivo de manter os estoques de medicamentos e garantir os tratamentos necessários, em atendimento ao preconizado pela Decreto nº 5182-R, de 25/07/2022, que definiu as atribuições do Núcleo Especial de Gestão e Programação Técnica – NEGEP.

4.2 Considerando que o financiamento e execução dos medicamentos disponibilizados atualmente no âmbito do Sistema único de Saúde(SUS) tem caráter tripartite, ou seja, garantido pela União, Estados e Municípios, e que estão divididos em três Componentes da Assistência Farmacêutica: Básico, Estratégico e Especializado, sendo que a aquisição de medicamentos do Componente Básico é de responsabilidade do município.

4.3 Nesse contexto, a Secretaria Estadual de Saúde, objetivando contribuir para a melhoria da otimização dos escassos recursos financeiros destinados à aquisição de medicamentos no Estado do Espírito Santo e amparada pela Lei Federal nº 14.133/2021, assim como pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/07 e Consulta do TCCES nº 001/2008, viabiliza a estruturação do Sistema Estadual de Registro de Preços (SERP), com as seguintes características e/ou benefícios. Em 2023 o SERP realiza a sua 15ª edição contemplando uma lista de 364 itens contendo os medicamentos, insumos e produtos para saúde em comum na REMUME dos municípios do Estado do Espírito Santo para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde (UBS)/Farmácia Básica e Unidades de Pronto-Atendimento (UPA/PA) Municipais. Dessa forma, os medicamentos que compõem o presente processo de compra integram a Lista de medicamentos padronizados pela Comissão Estadual de Padronização de Materiais e Medicamentos (CEPMM) contemplados na 15ª edição do SERP para atender à demanda dos municípios do Estado do Espírito Santo participantes desta edição.

4.4 Declaramos que esta demanda se enquadra na Portaria da SESA 12-R – Diretrizes da UECI-SESA, Art. 3ª, alínea "d", publicada em 22/02/2024 "aquisições que se realizem por meio de pregão eletrônico para registro de preços de bens e materiais para os quais se deva constantemente manter as Atas de Registros de Preços vigentes durante todo o exercício financeiro, tendo em vista as necessidades de compras frequentes"

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, **apêndice** deste Termo de Referência.

6.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO: DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE

6.1 Aquisição de medicamentos pelas unidades da Rede Municipal de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), exclusivamente para os Municípios participantes do SERP consumidos pelas unidades da Rede Municipal de Saúde, com as especificações técnicas anexadas a este Termo de Referência:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| ITEM | CÓDIGO SIGA | CÓDIGO CATMAT | DESCRIÇÃO | UNIDADE | PARTÍCIPES | QUANTITATIVO PROGRAMADO |
|------|-------------|---------------|---|-------------|------------|-------------------------|
| 01 | 243205 | 276839 | DILUENTE USO HUMANO: SOLUCAO CONCENTRADA INJETAVEL COMPOSICAO: AGUA DESTILADA. FORMA FARMACEUTICA: AMPOLA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: 10 ML; EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO E PROCEDENCIA. | AMPOLA 10ML | ANEXO I | 2334000 |
| 04 | 250117 | 446264 | MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML FORMA FARMACEUTICA: XAROPE PEDIATRICO + COPO MEDIDOR; VIA DE ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | MILILITRO | ANEXO I | 13157100 |
| 05 | 250118 | 446263 | MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML FORMA FARMACEUTICA: XAROPE ADULTO + COPO MEDIDOR; VIA DE ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | MILILITRO | ANEXO I | 8434650 |

- 6.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º e art. 20 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3 Os quantitativos informados pelas unidades participantes (Municípios) para o consumo de 12 meses estão discriminados no Anexo I - Relatório de Programações requisitadas.
- 6.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352- R/2023.
- 6.5 Havendo divergência na descrição dos itens entre o Termo de Referência e o Sistema Compras Governamentais prevalece o que está no Termo de Referência.

6.6 - Justificativa de Quantitativo do SERP

Justificativa de Quantitativo do SERP: encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar. Os quantitativos informados pelas unidades participantes (Municípios) para o consumo de 12 meses estão discriminados no Anexo I - Relatório de Programações requisitadas.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

7.1 Da Sustentabilidade

7.1.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

7.1.1.1 - A contratada deverá dar preferência a insumos com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados; menor geração de resíduos; e preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

7.1.1.2 - Deve possuir Boas Práticas de Gerenciamento de Resíduos, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada nº 306 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, a Resolução nº 358 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e a Norma Regulamentadora nº 32 do Ministério do Trabalho – MT.

7.1.1.3 A contratada deverá estar de acordo com DECRETO Nº 2830-R, DE 19 DE AGOSTO DE 2011 que dispõe sobre os critérios e especificações para aquisição de bens e serviços com vista ao consumo sustentável pela Administração Pública Estadual direta e indireta, autárquica e fundacional e dá outras providências.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

7.2 Da Exigência de Amostras

Na presente contratação, não se aplica a exigência de amostras.

7.3 Da Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

7.4 Da Garantia de Execução

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 147.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar

7.5 Participação de Empresas de Consórcio

Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for "de alta complexidade ou vulto", o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

7.6 Matriz de alocação de riscos

Nos termos do §3º do art. 22 da Lei 14.133/2021, a matriz de alocação de riscos é obrigatória quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, não sendo aplicável a contratação pretendida.

8 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 Das condições e do prazo de Entrega

8.1.1 - O prazo de entrega dos bens é de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, em remessa única.

8.1.2 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8.1.3 - Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº. 8.078/1990, a apresentação do medicamento deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre características, marca procedência, número do lote, qualidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, origem e outros, bem como sobre os riscos que apresentarem à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

8.1.4 - A contratada deverá substituir, em qualquer época, o medicamento entregue e aceito, desde que fique comprovada a existência de inadequação ao solicitado, somente verificável quando de sua utilização.

8.1.5 - Será obrigatória a comprovação, no momento da entrega do medicamento, da identidade e qualidade de cada lote, mediante laudo de qualidade emitido pelo fabricante nos termos da legislação sanitária conforme exigências do art.16, inciso II da Lei nº 6.360/1976.

8.1.6 - Os produtos deverão ser transportados e entregues devidamente acondicionados na temperatura exigida por seu fabricante, sob pena de devolução dos mesmos pelo Almoxarifado.

8.1.7 - As empresas distribuidoras devem garantir que o transporte de produtos farmacêuticos seja realizado de acordo com o que determina as Boas Práticas de Transportes de Produtos Farmacêuticos.

8.1.8 - Caso os produtos sejam devolvidos pelo Almoxarifado, a substituição dos mesmos deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação ao fornecedor registrado.

8.1.9 - A não substituição no prazo de 15 (quinze) dias constitui motivo para cancelamento da ata de Registro, conforme art. 28, do Decreto nº 11.462/2023, c/c. art. 137, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

8.1.10 - Caberá ao fornecedor registrado arcar com as despesas de embalagem e frete dos produtos a serem substituídos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

8.1.11 - Em caso de cancelamento de registro ou recolhimento por desvio de qualidade determinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) compete ao fornecedor registrado o recolhimento e a reposição do medicamento por outro com a mesma apresentação que substitua o item recolhido.

8.2 Do Local de Entrega

8.2.1 - 8.2.1 Em relação aos locais de entrega, verificar relatório dos órgãos participantes em Anexo II – Relatório de endereço de entrega.

8.2.2 Da validade do Objeto

8.2.2.1 Os medicamentos deverão ser entregues, com prazo de validade conforme seu registro, sendo que deverão possuir validade igual ou superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega dos medicamentos.

8.2.2.2 No caso de absoluta impossibilidade do cumprimento dessa condição, a contratada deverá solicitar formalmente a autorização para o recebimento, mediante apresentação de Carta de Comprometimento de Troca referente ao quantitativo entregue fora do prazo prevendo a substituição do quantitativo não consumido dentro do prazo de validade. A carta deverá ser em papel timbrado, assinada pelo representante legal da empresa, caso acatado o referido documento deverá acompanhar a nota fiscal de recebimento. A CONTRATADA deverá se comprometer a retirar o objeto contratado vencido para o devido descarte, sem ônus à CONTRATANTE.

9. GESTÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.4 Após o recebimento da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação.

10 - CRITÉRIOS DE MEDIAÇÃO E PAGAMENTO

10.1 Do Recebimento Provisório e Definitivo do Objeto

10.1.1 Os medicamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca e modelo e demais informações constantes na nota fiscal.

10.1.2 Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3 Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

10.1.4 Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do medicamento recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de 10 (dez) dias.

10.1.5 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da manifestação do fiscal prevista no item 10.1.4, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.1.6 Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.1.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.9 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.1.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.1.11 O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

10.2 Nota Fiscal

10.2.1 Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.2.1.1 o prazo de validade;

10.2.1.2 a data de emissão;

10.2.1.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

10.2.1.4 o período respectivo de execução do contrato;

10.2.1.5 o valor a pagar; e

10.2.1.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

10.2.4 O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

10.3 Condições de Habilitação no Curso da Execução Contratual

10.3.1 A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.

10.3.1 Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

10.3.2 Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

10.3.3 Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

10.3.4 Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

10.3.5 Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

10.4 Do Prazo de Pagamento

10.4.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.

10.4.2 Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.

10.4.3 Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

10.4.4 Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

10.4.5 A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

10.4.6 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

10.5 Da Forma de Pagamento

10.5.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.5.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.5.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.5.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.5.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.6 Instrumento de Mediação de Resultados - IMR

10.6.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto no item 7.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2 Da Forma de Fornecimento

O fornecimento do objeto será realizado conforme estabelecido na ordem de fornecimento, de acordo com a necessidade do contratante.

11.3 Das Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no Anexo "A" deste Termo de Referência.

12 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 948.042,06 (Novecentos e quarenta e oito mil, quarenta e dois reais e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

| ITEM | CÓD. Siga | CÓD. CATMAT | ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT. MÁX. | VALOR UNITÁRIO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|------|-----------|-------------|--|------------|-------------|--------------------|-----------------|
| 01 | 243205 | 276839 | DILUENTE USO HUMANO: SOLUCAO CONCENTRADA INJETAVEL COMPOSICAO: AGUA DESTILADA. FORMA FARMACEUTICA: AMPOLA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: 10 ML; EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO E PROCEDENCIA. MARCA: FARMACE - AGUA PARA INJEÇÃO FABRICANTE: FARMACE DETENTOR DO REGISTRO: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICOFARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº DO REGISTRO: 1108500110066 | COMPRIMIDO | 2334000 | R\$ 0,2117 | R\$ 494.107,80 |
| 04 | 250117 | 446264 | MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML FORMA FARMACEUTICA: XAROPE PEDIATRICO + COPO MEDIDOR; VIA DE ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO MARCA: GENÉRICO FABRICANTE: FARMACE DETENTOR DO REGISTRO: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICOFARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº DO REGISTRO: 1108500390115 | MILILITRO | 13157100 | R\$ 0,0195 | R\$ 256.563,45 |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | | | | | | | |
|----|--------|--------|--|-----------|---------|------------|----------------|
| 05 | 250118 | 446263 | MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML FORMA FARMACEUTICA: XAROPE ADULTO + COPO MEDIDOR; VIA DE ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO MARCA: GENÉRICO FABRICANTE: FARMACE DETENTOR DO REGISTRO: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICOFARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº DO REGISTRO: 1108500390050 | MILILITRO | 8434650 | R\$ 0,0234 | R\$ 197.370,81 |
|----|--------|--------|--|-----------|---------|------------|----------------|

13.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela fonte de recursos do(s) órgãos participantes do Sistema de Registro de Preços a ser informada na lavratura do instrumento de contrato.

13.2 Quando da contratação, as despesas serão atendidas com as informações da dotação:

- 12.2.1 Gestão/Unidade
- 12.2.2 Fonte de Recursos
- 12.2.3 Programa de Trabalho
- 12.2.4 Elemento de Despesa

13.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.4 Quando da contratação, as despesas serão atendidas com as informações da dotação orçamentária descrita em Anexo III.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

d) Multa:

d.1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

d.1.1) O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

d.2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 14.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

d.3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 14.1, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

d.4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 13.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

d.5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 14.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

d.6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 14.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

14.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

14.3.1 As sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do item 14.2 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

14.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

14.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

14.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

14.4.1 Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

14.4.2 A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

14.4.3 O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea "a" do subitem será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

14.4.4 O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

14.4.5 Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021;

14.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

14.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.10 Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

14.11 Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

14.12 Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

15. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, E PRORROGAÇÃO

15.1 O prazo de vigência da contratação, considerado o cronograma de execução desenvolvido, será de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Conforme o artigo 84 da Lei 14.133/2021 a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, portanto, tal medida não acarretará prejuízos ao erário público caso as aquisições não venham a ser necessárias.

16. GESTÃO DA ATA

16.1 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

16.2 Após a assinatura da Ata, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.3 A execução da Ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e fiscal do instrumento contratual, ou pelos respectivos substitutos, na forma dos Decretos Estaduais: 5354-R/2021 e 5.545-R/2021, e demais condições previstas para a contratação.

17. DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

17.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este termo e o contrato;

17.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

17.3 Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

17.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

17.5 Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

17.6 Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

17.7 Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

17.8 Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

17.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado;

17.10 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

18.1 O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo e do contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

18.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.1.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

18.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

18.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

18.1.6 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

– CNDT;

18.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

18.1.8 Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

18.1.9 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

18.1.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

18.1.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

18.1.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

18.1.13 Em caso de cancelamento de registro ou recolhimento por desvio de qualidade determinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) compete ao fornecedor registrado o recolhimento e a reposição do medicamentos por outro com a mesma apresentação que substitua o item recolhido.

18.1.14 Obriga-se a cumprir automaticamente os descontos Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) e a desoneração autorizada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), quando for o caso.

18.1.15 Os medicamentos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da(s) licitação(ões), deverão apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão "**PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO**", conforme disposto no art. 7º da Portaria nº 2.814 de 29/05/1998 / MS - Ministério da Saúde.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

ANEXO A

RELATÓRIO DE PROGRAMAÇÕES REQUISITADAS

PROCESSO: 2024-0CGDN

EDIÇÃO: SERP XVI – MEDICAMENTOS

LOTE 01

| MEDICAMENTOS | MUNICÍPIO | QUANTIDADE |
|----------------------------------|-------------------------|------------|
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Água Doce do Norte | 7000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Águia Branca | 5000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Alegre | 100000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Alfredo Chaves | 4000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Alto Rio Novo | 10000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Aracruz | 200000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Atílio Vivácqua | 3000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Baixo Guandu | 200 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Barra de São Francisco | 20000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Brejetuba | 20000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Cachoeiro de Itapemirim | 72000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Cariacica | 110000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Castelo | 1000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Colatina | 7200 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Conceição da Barra | 28800 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Conceição do Castelo | 15000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Dores do Rio Preto | 100 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Ecoporanga | 3000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Fundão | 15000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Governador Lindenberg | 20000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Guarapari | 50000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Ibatiba | 10000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Ibiraçu | 20000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Ibitirama | 20000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Iconha | 400 |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | | |
|----------------------------------|-------------------------|--------|
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Irupi | 15000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Itaguaçu | 6000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Itapemirim | 10000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Iúna | 800 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Jaguaré | 150000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Jerônimo Monteiro | 400 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | João Neiva | 2000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Laranja da Terra | 10000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Linhares | 180000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Mantenópolis | 5000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Marataízes | 100000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Marechal Floriano | 20000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Mimoso do Sul | 1000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Montanha | 1000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Muniz Freire | 5000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Muqui | 72000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Nova Venécia | 5000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Pedro Canário | 5000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Piúma | 30000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Presidente Kennedy | 2000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Rio Bananal | 20000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Rio Novo do Sul | 600 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Santa Maria de Jetibá | 28000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Santa Teresa | 500 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | São Domingos do Norte | 100000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | São Gabriel da Palha | 1000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | São Mateus | 72000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | São Roque do Canaã | 16000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Serra | 62000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Sooretama | 30000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Vargem Alta | 1000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Venda Nova do Imigrante | 1000 |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | | |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Viana | 500000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Vila Pavão | 10000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Vila Valério | 20000 |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | Vila Velha | 110000 |
| Medicamento | | Total |
| AGUA PARA INJETÁVEIS AMPOLA 10ML | | 2334000 |

LOTE 04

| | | |
|--|-------------------------|--------------|
| AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML XAROPE PEDIÁTRICO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | São Mateus | 5000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML XAROPE PEDIÁTRICO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Serra | 4500000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML XAROPE PEDIÁTRICO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Vargem Alta | 30000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML XAROPE PEDIÁTRICO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Venda Nova do Imigrante | 55000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML XAROPE PEDIÁTRICO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Vila Pavão | 24000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML XAROPE PEDIÁTRICO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Vila Valério | 240000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML XAROPE PEDIÁTRICO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Vila Velha | 500000 |
| Medicamento | | Total |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML XAROPE PEDIÁTRICO FRASCO+COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | | 13157100 |

PROCESSO: 2024-0CGDN
EDIÇÃO: SERP XV - MEDICAMENTOS
LOTE 05

| MEDICAMENTOS | MUNICÍPIO | QUANTIDADE |
|--|--------------------|-------------------|
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Afonso Cláudio | 100000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Água Doce do Norte | 60000 |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | | |
|--|-------------------------|---------|
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Águia Branca | 500 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Alegre | 500000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Apiacá | 500 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Atílio Vivácqua | 1000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Baixo Guandu | 5000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Barra de São Francisco | 150000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Boa Esperança | 200000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Bom Jesus do Norte | 1000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Brejetuba | 3000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Cachoeiro de Itapemirim | 2880000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Castelo | 60000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Conceição do Castelo | 1200 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Domingos Martins | 60000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Dores do Rio Preto | 200 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Ecoporanga | 480000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Governador Lindenberg | 240000 |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | | |
|--|-------------------|--------|
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Guaçuí | 180000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Ibatiba | 5000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Ibiraçu | 1000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Ibitirama | 500 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Irupi | 1000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Itapemirim | 400000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Itarana | 200000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Iúna | 200000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Jaguaré | 60000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Jerônimo Monteiro | 120000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Laranja da Terra | 1000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Linhares | 350 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Mantenópolis | 50000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Montanha | 1000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Muniz Freire | 85000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Nova Venécia | 500 |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | | |
|--|-------------------------|--------------|
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Pancas | 400 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Pedro Canário | 500 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Presidente Kennedy | 240000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Rio Bananal | 5000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Rio Novo do Sul | 120000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Santa Leopoldina | 1000000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | São Domingos do Norte | 15000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | São Gabriel da Palha | 9000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | São Mateus | 8000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Vargem Alta | 20000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Venda Nova do Imigrante | 85000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Vila Pavão | 24000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Vila Valério | 360000 |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO + COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | Vila Velha | 500000 |
| Medicamento | | Total |
| AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO+COPO MEDIDOR - UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO | | 8434650 |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

ANEXO B
RELATÓRIO DE ENDEREÇO DE ENTREGA

EDIÇÃO: SERP XV – MEDICAMENTOS
PROCESSO: 2024-0CGDN

| MUNICÍPIO | ENDEREÇO DE ENTREGA |
|--|---|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO | ALMOXARIFADO MUNICIPAL RUA BENJAMIN CONSTANT, Nº 86, CENTRO, 29600-000 Tel.: (27) 99806-8261 hudson.farmacibasica@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | CENTRO DE SAÚDE RUA DR. JOSÉ MERÇON VIEIRA, Nº S/N, CENTRO, 29820- 000 Tel.: (27) 99836-9149 saude@aguadocedonorte.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Rua Paulino Massucatti, Nº 330, CENTRO, 29795- 000 Tel.: (27) 99518-5714 almoxarifadosaude@prefeituradeaguiabranca.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE | CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO Rua Major Quintino, Nº 69, CENTRO, 29500-000 Tel.: (28) 99881-5424 cafalegrees@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES | ALMOXARIFADO MUNICIPAL Rua Cais Costa Pinto, 268, Centro, 29240- 000 Tel.: (27) 3269-2732 pablopiccolij@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO | FARMÁCIA BASICA MUNICIPAL RUA ABILIO MARCIANO CHRISTO, Nº 156, SANTA BARBARA, 29760-000 Tel.: (27) 99779-9889 IZAIANNEBENTO2009@HOTMAIL.COM |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ | FARMÁCIA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL RUA JOÃO MIRANDA, Nº 06, CENTRO, 29450-000 Tel.: (28)3557-0097 uafapiaca@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ | ALMOXARIFADO DA SAÚDE RUA CATARINA SAGRILLO CUZZUOL, Nº 515, BELA VISTA - 29192-030 CONTATO: (27) 3270-7422 ptorezani@aracruz.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVACQUA | ALMOXARIFADO MUNICIPAL PRAÇA JOSE LOPES VALENTIM, Nº 1, CENTRO, 29490- 000 Tel.: (28) 99922-3587 farmaciabasica@pmav.es.gov.br |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | |
|---|--|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | FARMÁCIA CIDADÃ MUNICIPAL RUA JUDITH LEÃO CASTELO, Nº 444, CENTRO, 29730- 000 Tel.: (27) 99522-4226 assistenciafarmaceuticabg@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO | CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO RUA CORONEL DJALMA BORGES, Nº 83, CENTRO, 29800-000 Tel.: (27) 99928-3104 farmaciabasicabsf@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA DIOMEDES COSTA, Nº 461, CENTRO, 29845-000 Tel.: (27) 99973-0320 farmacia@boaesperanca.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PRAÇA ASTOLPHO LOBO, Nº 185, CENTRO, 29460-000 Tel.: (28) 3562-1166 leilianefreitas24@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RUA PROJETADA, Nº S/N, BELLARMINO ULYANA, 29630- 000 Tel.: (27) 99507-5826 farmaciabrejetubapm@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM | CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO Avenida Nossa Senhora da Consolação, Nº 132, Vila Rica, 29301-080 (28) 3521-8163 farmacia.gerencia@cachoeiro.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA | CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO RUA CURITIBA, Nº S/N, RIO BRANCO, 29147-712 Tel.: (27) 3354-7014 rosana.palma@cariacica.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO | FARMÁCIA MUNICIPAL RUA JOSE ALVES RANGEL, Nº 52, SANTO ANDREZINHO, 29360-000 Tel.: (28) 99986-1246 farmaciacaf@castelo.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA | CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO AVENIDA BRASIL, Nº 216, 2º ANDAR, LACÊ, 29703-032 Tel.: (27) 3177-7017/ 3177-7110 caf@colatina.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA | FUNDO MUNICIPAL PREFEITO ITALO BENSO, Nº 13, CENTRO, 29960-000 Tel.: (27) 99825-4351 farbasica.barra@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | FARMACIA BASICA MUNICIPAL RUA JOSÉ OLIVEIRA DE SOUZA, Nº300, PEDRO RIGO, CEP: 29370-000 Tel.: (28) 99956-5872 farmaciaconceicaodocastelo@gmail.com |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | |
|---|---|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO SÃO LOURENÇO | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL AV. PEDRO BATISTA DE ÁGUIAR, Nº 121, SANTA CRUZ, 29590-000 Tel.: (28) 99999-8984 edgarmuruci@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 169, CENTRO, 29260-000 Tel.: (27) 99895-7784 |
| | farmacia@domingosmartins.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO RIO PRETO | FARMACIA BASICA MUNICIPAL RUA ADAIR FURTADO DE SOUZA, Nº 157, CENTRO, 29580-000 Tel.: (28) 3559-1137 farmaciabasicadrp@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA | FARMACIA BASICA MUNICIPAL RUA JOSÉ DA CRUZ, Nº50, CENTRO, 29850-000 Tel.: (27) 99994-4463 farmaciabasica@ecoporanga.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL AVENIDA CESAR PEGORETTI, S/N, OZEAS, 29185- 000 Tel.: (27) 99222-3051 fundaofarmacia@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG | FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL RUA ALBINO PAULO PEREIRA, Nº 422, NOVO BRASIL, 29724-000 Tel.: (27) 99793-9976 almoxarifadomedhosppmql@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL AVENIDA GOVERNADOR LACERDA DE AGUIAR, Nº 207, CENTRO, 29560-000 Tel.: (28) 99999-8216 farmacinhabasica@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI | CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO RUA JOSIAS CERUTTI, Nº 650, PRAIA DO MORRO, 29216- 600 Tel.: (27) 99802-1665 gabriela.araujo@guarapari.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL Sérvulo Rodrigues, 303, Boa Esperança, 29395-000 Tel.: (28) 99901-4029 georginasouzadias@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU | ALMOXARIFADO MUNICIPAL RUA MARTINS PESCADORES, Nº 26, PROF. ERICINA, 29670-000 Tel.: (27) 99701-6514 farmaciabasica@ibiracu.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA | ALMOXARIFADO MUNICIPAL RUA OTAVIO SHWARTZ, Nº SN, CENTRO, 29540-000 Tel.: (28) 99978-8320 KIVVYAFARMA@GMAIL.COM |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | |
|--------------------------------|---|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL AVENIDA DR. DANILO MONTEIRO DE CASTRO, Nº 254, CENTRO, 29280-000 (28) 99982-3834 julianabertolli@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI | ALMOXARIFADO DA SAÚDE RUA JOÃO COSTA, Nº 570, JOÃO TOMAZ, 29398- 000 Tel.: (28) 99978-8449 sabrina.rdc242@gmail.com |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | |
|---|---|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA JOSE TEODORO DE ANDRADE, n º 37 ,CENTRO - 29690-000 assistenciafarmaceutica@itaguacu.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL AVENIDA CRISTIANO DIAS LOPES, Nº S/N, VILA, 29330- 000 Tel.: (28) 99278-2543 basicaitapemirim@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | UNIDADE BASICA DE SAUDE RUA GIUSEPPE GIOSTRI, Nº 44, CENTRO, 29620-000 Tel.: (27) 3720-4638 f.basica.itarana@outlook.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA PREFEITO ANTÔNIO LACERDA, Nº 107, QUILOMBO, 29390-000 Tel.: (28) 99905-4425 saude@iuna.es.gov.br farmacia.basica.saude@iuna.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | ALMOXARIFADO MUNICIPAL RUA JOANA MUCHULIN SCABELO, Nº 933, CENTRO, 29950-000 Tel.: (27) 99599-7225 almoxarifado@jaguare.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO | CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO RUA SEBASTIÃO CARANGOLA, Nº S/Nº, SANTA CLARA, 29550-000 Tel.: (28) 99949-1628 farmaciabasicajm@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | ALMOXARIFADO MUNICIPAL AVENIDA NEGRI ORESTES , nº 190, CENTRO,PAVIMENTO 1 - LADO ESQUERDO, CEP:29680000 Tel.: (27) 99951-2913 compras.saude@joaoneiva.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AV. GERMANO STABENOW, S/N, CENTRO, 29615-000 Tel.: (27) 99750-6390 farmaciahospitalar@laranjadaterra.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES | ALMOXARIFADO MUNICIPAL Avenida Alegre, Nº 2349, Shell, 29901-605 Tel.: (27) 99970-8254 assistencia.farmaceutica@linhares.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS | FARMÁCIA BÁSICA RUA PIMENTA, Nº 80, CENTRO, 29770-000 Tel.: (27) 99744-7026 farmaciabasica@mantenopolis.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MARATAÍZES | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RUA AMÉLIA MALTASHE, Nº S/N, CIDADE NOVA, 29345- 000 Tel.: (27) 99583-7268 maiarasmote@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHA FLORIANO | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO

| | | |
|--|-----------|--|
| | | RUA EMÍLIO GUSTAVO HULLE, Nº 139, CENTRO, 29255- 000 Tel.: (27) 99832-7761 cynthianitz@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL | MIMOSO DO | ALMOXARIFADO MUNICIPAL RUA DOUTOR JOSÉ COELHO DOS SANTOS, Nº S/N, CENTRO, 29400-000 Tel.: (28) 99986-6595 farmaciamicimoses@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE | MONTANHA | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL AVENIDA DOS COMBONIANOS, Nº 1350, IRMA MARIA ZELIA PRUDENTE, 29890-000 Tel.: (27) 3754-1972 fbmontanha@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE | | FARMÁCIA CIDADÃ MUNICIPAL Rua Cônego Jose Bazzarella, Nº 145, CENTRO, 29380- 000 Tel.: (28) 99994-6698 cafmunizfreire@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI | | ALMOXARIFADO FARMÁCIA BÁSICA RUA MATHEUS PAIVA, Nº 115, SANTO AGOSTINHO, 29480-000 Tel.: (28) 99884-7626 farmaciabmuqui@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA | | FARMACIA CIDADÃ MUNICIPAL RUA COLATINA, Nº 351, CENTRO, 29830-000 (27) 99773-4944 farmaciabasicanv@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE PANCAS | | ALMOXARIFADO FARMÁCIA RUA JOSÉ MILTON BREDAS, Nº 295, CENTRO, 29750- 000 Tel.: (27) 99506-1780 luishenriqueassisvermeulen@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO | | FARMÁCIA BÁSICA Vila Velha, S/N, CENTRO, 29970- 000 Tel.: (27) 99912-4702 farmahelena@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMA | | CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO AVENIDA BEIRA RIO, Nº 185, 29285-000, ACAIACA – PIUMA/ES CONTATO: (28) 99964-0767 fbpiuma@piuma.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY | | CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO RUA DONA SENHORINHA, Nº 74, CENTRO, 29350-000 Tel.: (28) 99969-8515 mayolivsantos@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL | | FARMÁCIA BÁSICA RUA JOÃO CIPRIANO, Nº 520, SÃO SEBASTIÃO, 29920- 000 Tel.: (27) 99880-5111 vitorboni@uol.com.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL | | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA CORONEL JOAQUIM ALVES, Nº 1, CENTRO, 29290- 000 |

| | |
|---|---|
| | Tel.: (28) 99984-9445 farmaciabasica@rionovodosul.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Av. Prefeito Helio rocha, Nº 1189, CENTRO, 29640-000 Tel.: (34) 98825-0245 rosi_nepomoceno@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ | ALMOXARIFADO SAÚDE Rua Antonio Behrend, Nº 65, CENTRO, 29645-000 Tel.: (27) 3263-2127 caf@pmsmj.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA | ALMOXARIFADO FARMÁCIA RUA DARLY NERTY VERVLOET, Nº 446, CENTRO, 29650- 000 Tel.: (27) 3259-3900 farmacia@santateresa.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE | ALMOXARIFADO MUNICIPAL TRAVESSA VALERIANO PAGANI, Nº S/N, CENTRO, 29745- 000 Tel.: (27) 99939-4174 assistenciafsdn@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA DR. FERNANDO SERRA, Nº 221, JARDIM DA INFÂNCIA, 29780-000 Tel.: (27) 99828-8991 farmaciabasicasgp@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA MANOEL DE ANDRADE, Nº 181, CENTRO, 29930- 045 Tel.: (27) 99948-5162 sm.farmacia@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RUA OLIVIO PERINI, Nº 107, CINCO CASINHAS, 29665- 000 Tel.: (27) 99975-7993 farmacia@saoroquedocanaa.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA | PREFEITURA MUNICIPAL RUA COMENDADOR ALCIDES SIMÃO HELOU, Nº 1478, GALPÕES 02/03, CIVIT II, 29168-090 CONTATO: (27) 98166-1574 - gerencia.farmacia@serra.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA VITÓRIO BOBBIO, Nº 215, CENTRO, 29927-000 Tel.: (27) 99882-5290 debinha_pubel@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL AV. TUFFY DAVID, Nº S/N, CENTRO, 29295-000 Tel.: (27) 99921-4836 farvalta@gmail.com valeriamendesgs@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE | CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO Avenida José Minete, Minete, Nº 394 , 29375-000 Tel.: (28) 99986-1755 caf.saudevni@gmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA | CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO AVENIDA GUARAPARI, AREINHA, S/N, 29137-110 Tel.: (27) 99694-7244 farmacia@viana.es.gov.br |

| | |
|--------------------------------------|---|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO | ALMOXARIFADO CENTRAL RUA TRAVESSA PAVÃO, Nº 80, CENTRO, 29843-000 (27) 3753-1277 almoxarifado@vilapavao.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO | FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA ADEMAR HOFFMANN, Nº 18, CENTRO, 29785-000 Tel.: (27) 99922-0092 farmaciabasicaviva@hotmail.com |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA | ALMOXARIFADO / SEMSA RUA PROJETADA, Nº 15, GUARANHUNS, 29103-300 Tel.: (27) 99966-1535 almoxarifado.saude@vilavelha.es.gov.br |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA | ALMOXARIFADO MUNICIPAL AVENIDA JOÃO PALÁCIOS, Nº 503, EURICO SALES, 29160-161 Tel.: (27) 98107-0157 almox.farmacia@vitoria.es.gov.br |

ANEXO III
RELATÓRIO DE DESPESA ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO: 2024-0CGDN
EDIÇÃO: SERP XV – MEDICAMENTOS

| MUNICÍPIO | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSOS |
|--|--|-----------------------|---|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO | 10011030300522137 | 39903000000 | x50000150000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | 070002.1030300242.016 | 33903200000 | 160000009999 150000150000 / 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA | 1030200342055 | 3390300000 | 150 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE | 014005.1030100562.035 | 3390320000 | 50000159999 160000000000 1621000000000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES | 1200051030300182127 | 33903000000 | 150000150000 160000000000 162100009999 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO | 016000016003.1012200232.027 016000016003.1030101432.153 | 33903000000 | 1500/ 1600165900000000 162100000000 160000000000 1500001500 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ | 0012 | 0600041030100122048 | 150000150000 160000000000 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ | 1160 | 3.3.90.32.00 | 1.600.0000.0000 1.621.0000.0000 1.500.0015.1002 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVÁCQUA | 10.303.0013.2.0035 | 3.3.90.30.09 | 1.500.0015.0006 / 1.500.0015.0007 / 1.600.0000.4001 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | 2114 | 33903200000 | 15000015000 1600000000003 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO | 000091 000092 | 33903000000 | 150000150000 1600000000 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA | 008001.1030200232.063 | 33903200000 | 150000150000 160000000007 162100000001 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE | 0000070 | 070001.1030300302.075 | 160000000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA | 2077 2078 2081 2079 | 339030 339032 | 1.600.0000.0000 1.500.0015.1002 2.600.0000.0000 1.621.0000.0000 2.621.0000.0000 |

| | | | |
|---|--|-----------------------------------|--|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 0000745 0000746 0000752 0000753 | 33903009000 33903299000 | 150000150000 160000004001 162100003001 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA | 10.303.0003.2.0109 | 3.3.90.30.00 3.3.90.32.00 | 1.500.0015.0001 1.500.0015.1002 1.600.0000.0002 1.621.0000.0000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO | 016001.1030300682.250 | 33903200 | 15000015/1600/1621 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA | 130006.1030100202.106 | 33903200000 | 160000000004 162100000001 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA | 041.001.010.000.000 041.001.040.000.000 | 3.3.90.30.09 | 1.500.0015.0 1.600.0000.0 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | 0050 0033 | 3.3.90.32.00000 3.3.90.3000000 | 16210000000 16000000000 15000000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO | 1000.1001.1030100192.027 | 33903200 | 160000000000 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS | 100005.1030300282.095 | 33903200000 | 1600000000041500001 5000 0 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO RIO PRETO | 07000701 | 339032 | 1211 1214 |
| PREFEITURA DE ECOPORANGA | 115.200.00 | 33903000000 339032000 | 1500 1621 1600 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO | 007100.1030200462.098 | 33903200000 | 150000150000 162100000000 160000000000 260000000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG | 006007.1030300082.048 | 33903200000 | 160000003110 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ | 09000901204800010000180 103020015 09000901203600020000020 103010014 | 33903200000 | 1500001500001002 160000000000AAAA 162100000000AAAA |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI | 442 | 3.3.90.30.09 | 1.500.0015.1002 1.600.0000.0000 1.621.0000.0000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE | 070051030300182057 | 3390300000 | 150000150000 |

| | | | |
|-----------------------------------|--------------------------------|---------------|--|
| IBATIBA | | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU | 1100051030100252090 | 33903200000 | 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA | (080)060001.1030100072.0 28 | 339003200000 | 150000150000 160000000000 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA | 150 151 152 | 3390300000 | 150000159999 160000009999 162100009999 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI | 080081.1030300372.075 | 33.90.3000000 | 1500001500 |

| | | | |
|---|--|-----------------------------|--|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU | 0800011030300352114 | 33903200000 | 150000150000 / 160000000000 / 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM | 009014.103010602.075 | 33903000000/ 33903200000 | 1500 / 1600 / 1621 - 1720 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | 060005.1030100082.035 | 33903200000 | 160000009999/ 260000009999/ 162100009999/ 262100009999/ 162200009999 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA | 110.002.10.303.0012.2.078 | 33903200 | 150000150000 160000000008 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | 1030100132.039 | 33903200000 | 150000150000 160000009999 162100000000 160000003110 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO | 004 | 33903200000 | 160000000000 162100000000 150000150000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | 36000036400103030049214 5 | 33903000000 | 160000009999 150000150000 162100009999 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA | 1211211030300402169 1211211030100382221 | 33903200000 33903000000 | 160000000000 162100000000 150000150000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES | 0801 | 3.3.90.32 | 150000150000 160000009999 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS | 008018.1030100542.142 | 33903200000 | 150000150000 160000000000 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MARATAÍZES | 000009000001.1030300282. 078 000009000001.1030300282. 079 | 33903200000 | 160000000000 172000000000 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO | 160000009999 | 33903000000 | 185 241 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MIMOSO DO SUL | 150000159999 162100000 | 33900000000 33903200000 | 280 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA | 08000533903010301001620 63 | 339030 | 1600 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE | 100005.1030300302.110 | 33903200000 33903000000 | 150000150000 160000009999 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI | 005004.1030300.109 | 33903200000 | 150000150000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA | 0800011030300822125 | 33903200000 | 150000150000 160000000000 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE PANCAS | 000002000002.1030300061. 009 | 33903200000 | 88 89 90 |

| | | | |
|---|--|--|--|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO | 113 | 33903200000 | 1500000150000 160000000000 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA | 000008001.1012200162.048 000008001.1030300192.064 000008001.1030200182.059 | 339091 339030 339032 | 150000150000 160000000000 160200000000 162100000000 170400000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY | 205 194 | 33903200000 | 160000000000 163500000000 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL | 070001.1030100152259 070001.1030200152226 070001.1030300172268 | 33903200000 33903000000 | 150000150000 160000000000 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL | 1205.1030200032084 | 339032 | 15000015 1600000 16210000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA | 0100000100002 1030311262 144 | 33903200000 | 15000015000 1600000000 1621000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ | 0150011030300472082 | 33903200000 | 150000150000 160000000000 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA | 0001002.1030300412.077 | 33903200000 | 1621, 1600, 1500 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE | 008010.1030300162.071 | 33903200000 | 1500 1621 1600 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | 000004000002.1030342062. 409 | 33903200000 | 542 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS | 2050 | 339032 | 1620 ; 1621 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ | 15151030300082043 | 33903000000 33903200000 | 150000150000 160000000012 162100000001 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA | 1200 1251 | 3.3.90.30.09 3.3.90.32.05 | 1.500.0015.1002 1.600.0000.0000 1.621.0000.0000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA | 005 / 001 | 005001.1030200391.0 47 | 150000150000 16000000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | 0801001030300162047 | 33903000000 | 1600 2621 1621 1500 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE | 006003.1030300122.046 | 33903200000 | 1500 1600 1621 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA | 005001.1030300212.055 | 33903200000 | 150000150000 160000000000 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO | 160088.1030100282.148 | 33903000000/ 33903200000/ 390300000033900300 0000 | 150000150000 160000009999 162100000000 170700000000 160200000000 |

| | | | |
|--------------------------------------|--|--------------|---|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO | 300100.1030331042.102 | 33903200000 | 150000150000, 160000000000, 162100000000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA | 10.303.0008.2.041 10.301.0008.1.036 10.301.0008.2.037 10.302.0008.1.042 | 3.390.30.09 | 1.500.0015.1002 1.600.0000.0000 1.621.0000.0000 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA | 15.01.10.303.0003.2.0023 | 3.3.90.30.09 | 1.500.0015.1002 1.600.0055.0000 1.621.0058.0000 |

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CAROLINA MARCONDES REZENDE SANCHES

SUBSECRETARIO ESTADO

SSAS - SESA - GOVES

assinado em 05/02/2025 17:29:53 -03:00

LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAUJO

CIDADÃO

assinado em 05/02/2025 16:03:13 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 06/02/2025 11:02:41 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por KELLY KRYSS FERREIRA BICARIS BORGES (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (MGS) - NECV - SESA - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-762BW4>



INFORMAÇÕES DA ATA

| | | |
|---|---|--|
| Ata: nº 00147/2025 | Última Atualização: 06/02/2025 | Link da ata no PNCP: https://pncp.gov.br/app/atas/27080605000196/2024/386/1 |
| Vigência de 07/02/2025 a 06/02/2026 | Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - ES | Unidade gerenciadora: 925120 - SES/ES |
| Valor Contratado: R\$ 948.042,06 | | |

Fornecedor

52.967.925/0001-00 - ABC FARMACEUTICO LTDA

Objeto:
SOLUCAO CONCENTRADA INJETAVEL AMBROXOL, CLORIDRATO

INFORMAÇÕES DA COMPRA

Número da compra / Ano:
90446/2024

Modalidade da compra:
05 - Pregão

Data da assinatura:
05/02/2025

ITENS DA ATA

| Número | Item | Aceita Adesão | Qtd. Limite Adesão | Qtd. Limite Informado na Compra | Código | Tipo | Qtd. Homologada |
|--------|--|---------------|--------------------|---------------------------------|--------|----------|-----------------|
| 00001 | ÁGUA DESTILADA, ASPECTO FÍSICO ESTÉRIL E APIROGÊNICA | Sim | 4668000 | 4668000 | 72251 | Material | 2.334.000,0000 |
| 00004 | AMBROXOL, COMPOSIÇÃO SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO 3 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA XAROPE | Sim | 26314200 | 26314200 | 45275 | Material | 13.157.100,0000 |
| 00005 | AMBROXOL, COMPOSIÇÃO SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO 6 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA XAROPE | Sim | 16869300 | 16869300 | 45274 | Material | 8.434.650,0000 |

DETALHAMENTO DO ITEM 00001

| | |
|------------------------|--|
| Descrição detalhada: | ÁGUA DESTILADA, ASPECTO FÍSICO ESTÉRIL E APIROGÊNICA |
| Código do item: | 72251 |
| Tipo do item: | Material |
| Quantidade homologada: | 2.334.000,0000 |
| Vigência inicial: | 07/02/2025 |
| Vigência final: | 06/02/2026 |

FORNECEDOR(ES) ITEM 00001:

| Classificação | CNPJ | Fornecedor | Qtd. total | Valor unitário |
|---------------|--------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| 001 | 52.967.925/0001-00 | ABC FARMACEUTICO LTDA | 2.334.000,0000 | 0.2117 |

UNIDADE(S) ITEM 00001

| Código | Unidade | Tipo da unidade | Qtd. registrada | Qtd. disponível para remanejamento/empenho |
|--------|---------|-----------------|-----------------|--|
| 925120 | SES/ES | Gerenciadora | 2334000.00000 | 2334000.00000 |

ADESÕES(S) ITEM 00001

| | |
|--------------------------------|---------------|
| Qtd. máxima para adesão | 4668000.00000 |
| Qtd. disponível para adesão: | 4668000.00000 |
| Quantidade aguardando análise: | 0 |
| Aceita adesão | Sim |

DETALHAMENTO DO ITEM 00004

| | |
|------------------------|--|
| Descrição detalhada: | AMBROXOL, COMPOSIÇÃO SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO 3 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA XAROPE |
| Código do item: | 45275 |
| Tipo do item: | Material |
| Quantidade homologada: | 13.157.100,0000 |
| Vigência inicial: | 07/02/2025 |
| Vigência final: | 06/02/2026 |

FORNECEDOR(ES) ITEM 00004:

| Classificação | CNPJ | Fornecedor | Qtd. total | Valor unitário |
|---------------|--------------------|-----------------------|-----------------|----------------|
| 001 | 52.967.925/0001-00 | ABC FARMACEUTICO LTDA | 13.157.100,0000 | 0.0195 |

UNIDADE(S) ITEM 00004

| Código | Unidade | Tipo da unidade | Qtd. registrada | Qtd. disponível para remanejamento/empenho |
|--------|---------|-----------------|-----------------|--|
| 925120 | SES/ES | Gerenciadora | 13157100.00000 | 13157100.00000 |

ADESÕES(S) ITEM 00004

Qtd. máxima para adesão 26314200.00000

Qtd. disponível para adesão: 26314200.00000

Quantidade aguardando análise: 0

Aceita adesão Sim

DETALHAMENTO DO ITEM 00005

| | |
|------------------------|--|
| Descrição detalhada: | AMBROXOL, COMPOSIÇÃO SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO 6 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA XAROPE |
| Código do item: | 45274 |
| Tipo do item: | Material |
| Quantidade homologada: | 8.434.650,0000 |
| Vigência inicial: | 07/02/2025 |
| Vigência final: | 06/02/2026 |

FORNECEDOR(ES) ITEM 00005:

| Classificação | CNPJ | Fornecedor | Qtd. total | Valor unitário |
|---------------|--------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| 001 | 52.967.925/0001-00 | ABC FARMACEUTICO LTDA | 8.434.650,0000 | 0.0234 |

UNIDADE(S) ITEM 00005

| Código | Unidade | Tipo da unidade | Qtd. registrada | Qtd. disponível para remanejamento/empenho |
|--------|---------|-----------------|-----------------|--|
| 925120 | SES/ES | Gerenciadora | 8434650.00000 | 8434650.00000 |

ADESÕES(S) ITEM 00005

Qtd. máxima para adesão 16869300.00000

Qtd. disponível para adesão: 16869300.00000

Quantidade aguardando análise: 0

Aceita adesão Sim



Relatório Ata de Registro de Preços

Contratos.gov.br Unidade Gerenciadora 925120 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE/ES

Relatório gerado através do Contratos.gov.br em 06/02/2025 11:46:28

Ata de Registro de Preços nº 00147/2025 - 925120 - P.8/8



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 06/02/2025 11:49:46 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por KELLY KRY S FERREIRA BICARIS BORGES (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (MGS) - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-1BGHNB>



A
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE / SESA - ES
AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

RAZÃO SOCIAL: ABC FARMACEUTICO LTDA

DADOS EMPRESARIAIS

CNPJ: 52.967.925/0001-00 ENDEREÇO: R. FRANCISCO ASSUMPCÃO DE CARVALHO Nº 116 CEP: 29.109-024, BAIRRO: JARDIM GUADALAJARA, MUNICÍPIO: VILA VELHA, ESTADO: ESPÍRITO SANTO I.M. Nº 243437 I.E. Nº 084.182.98-9

TELEFONE E E-MAIL

TELEFONE GERAL Nº (27) 3340-7972 OU (27) 3075-2397
PARA FINS DE LICITAÇÃO: LICITACAO@ABCFARMACEUTICO.COM.BR
PARA FINS DE EMPENHOS: EMPENHOABCFARMACEUTICO@GMAIL.COM / EMPENHOABCFARMACEUTICO2@GMAIL.COM
PARA ENVIO DE XML: NFEABCFARMACEUTICO@GMAIL.COM
PREVISÃO DE ENTREGA:
FATURAMENTOABCFARMACEUTICO@GMAIL.COM

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAUJO RG Nº : 07427141-2 IFP RJ
CPF Nº 885.993.297-15 FUNÇÃO: SÓCIO-ADMINISTRADOR ESTADO CIVIL:
CASADO NACIONALIDADE: BRASILEIRO

DADOS DO EDITAL:

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 5,7 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 40 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. **VIDA ÚTIL DOS MEDICAMENTOS:** 8.2.2.1 - Os medicamentos deverão ser entregues, com prazo de validade conforme seu registro, sendo que deverão possuir validade igual ou superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega dos medicamentos. **PRAZO E LOCAL DA ENTREGA:** 20 (vinte) dias, contado a partir do recebimento da ordem de fornecimento. **PRAZO PARA PAGAMENTO 10.4.1** - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023. 8.2.1 - 8.2.1 Em relação aos locais de entrega, verificar relatório dos órgãos participantes em Anexo II - Relatório de endereço de entrega. **VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 15,1 O prazo de vigência da contratação, considerado o cronograma de execução desenvolvido, será de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Conforme o artigo 84 da Lei 14.133/2021.

DADOS BANCÁRIOS

BANCO SICO08 (756) AGÊNCIA: 3008 CONTA CORRENTE: 217453-7

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | FABRICANTE | NOME COMERCIAL | VALOR UNITÁRIO COM ICMS | VALOR UNITÁRIO SEM ICMS | VALOR TOTAL COM ICMS | VALOR TOTAL SEM ICMS |
|------|---|---------|------------|------------|----------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|
| 1 | ÁGUA PARA INJETÁVEIS OSP 1 ML/ML SOL INJ CX 200 AMP PLAS TRANS X 10 ML - FABRICANTE: FARMACE / NOME COMERCIAL: FARMACE - ÁGUA PARA INJETÁVEIS / REGISTRO ANVISA: 1108500110066 / VALIDADE: 24 MESES / PROCEDÊNCIA: NACIONAL | AMP | 2334000 | FARMACE | ÁGUA PARA INJETÁVEIS | 0,2117 | - | R\$ 494.107,80 | - |

Valor unitário P.F = R\$ 0,8117

Valor unitário PMVG = R\$ 0,6370

Valor unitário com ICMS = R\$ 0,2117

Valor unitário do ICMS = R\$ 0,0359

Valor com desoneração 17% = R\$

Valor unitário da proposta = R\$ 0,2117

TOTAL DO ITEM 01 - Quatrocentos e noventa e quatro mil, cento e sete reais e oitenta centavos.

R\$ 494.107,80

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | FABRICANTE | NOME COMERCIAL | VALOR UNITÁRIO COM ICMS | VALOR UNITÁRIO SEM ICMS | VALOR TOTAL COM ICMS | VALOR TOTAL SEM ICMS |
|------|---|---------|------------|------------|----------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|
| 4 | CLORIDRATO DE AMBROXOL 3MG/ML XPE CX 40 FR PLAS AMB X 120 ML +60 COP FABRICANTE: FARMACE / NOME COMERCIAL: GÊNÉRICO / REGISTRO ANVISA: 1108500390115 / VALIDADE FABRIL: 24 MESES / PROCEDÊNCIA NACIONAL | FR | 13157100 | FARMACE | GÊNÉRICO | 0,0195 | - | R\$ 256.563,45 | - |

Valor unitário P.F = R\$ 0,0842

Valor unitário PMVG = R\$ 0,0661

Valor unitário com ICMS = R\$ 0,0195

Valor unitário do ICMS = R\$ 0,0033

Valor com desoneração 17% = R\$

Valor unitário da proposta = R\$ 0,0195

TOTAL DO ITEM 04 - Duzentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos.

R\$ 256.563,45

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | FABRICANTE | NOME COMERCIAL | VALOR UNITÁRIO COM ICMS | VALOR UNITÁRIO SEM ICMS | VALOR TOTAL COM ICMS | VALOR TOTAL SEM ICMS |
|------|--|---------|------------|------------|----------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|
| 5 | CLORIDRATO DE AMBROXOL 6MG/ML XPE CX 40 FR PLAS AMB X 120 ML +60 COP (EMB HOSP) - FABRICANTE: FARMACE / NOME COMERCIAL: GÊNÉRICO / REGISTRO ANVISA: 1108500390050 / VALIDADE FABRIL: 24 MESES / PROCEDÊNCIA NACIONAL | FR | 8434650 | FARMACE | GÊNÉRICO | 0,0234 | - | R\$ 197.370,81 | - |

Valor unitário P.F = R\$ 0,1423

Valor unitário PMVG = R\$ 0,1117

Valor unitário com ICMS = R\$ 0,0234

Valor unitário do ICMS = R\$ 0,0039

Valor com desoneração 17% = R\$

Valor unitário da proposta = R\$ 0,0234

TOTAL DO ITEM 05 - Cento e noventa e sete mil, trezentos e setenta reais e oitenta e um centavos.

R\$ 197.370,81

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - Novcentos e qarenta e oito mil, qarenta e dois reais e seis centavos.

R\$ 948.042,06

DECLARAÇÕES

DECLARO, QUE NOS PREÇOS PROPOSTOS ENCONTRAM-SE INCLUIDOS TODOS OS TRIBUTOS, ENCARGOS SOCIAIS, FRETE ATÉ O DESTINO E QUAISQUER OUTROS ÔNUS QUE PORVENTURA POSSAM RECAIR SOBRE O FORNECIMENTO DO OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO E QUE ESTOU DE ACORDO COM TODAS AS NORMAS DESTA EDITAL E SEUS ANEXOS.TAL E SEUS ANEXOS.

DECLARO, A INTEIRA SUBMISSÃO AOS PRECEITOS LEGAIS EM VIGOR, ESPECIALMENTE, OS DA LEI Nº 14.133/21 E LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, TODAS COM SUAS ALTERAÇÕES E, AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONSTANTES DESTA EDITAL.

EM VIRTUDE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, A RDC Nº135/2005, COM AS ALTERAÇÕES DA RDC Nº260/2005, AMBAS REVOGADAS PELA RDC Nº80/2006 E A PORTARIA 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, E SUAS POSTERIORES ATUALIZAÇÕES, SOMOS IMPOSSIBILITADOS DE EFETUAR A SUBDIVISÃO DA EMBALAGEM DE UM PRODUTO (FRACIONAMENTO).

ABC FARMACEUTICO LTDA
52.967.925/0001-00
RUA, FRANCISCO ASSUMPCÃO
DE CARVALHO Nº 116
JARDIM GUADALAJARA
VILA VELHA - ES
CEP: 29.109-024

LUIZ EDUARDO
DOS SANTOS
ARAUJO:88599
329715

Assinado de forma
digital por LUIZ
EDUARDO DOS SANTOS
ARAUJO:88599329715
Dados: 2024.11.25
12:13:25 -03'00'

ABC FARMACEUTICO LTDA
LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAUJO
CPF: 885.993.297-15
RG: 07427141-2 IFP RJ

VILA VELHA, ES 25 DE NOVEMBRO DE 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

1º TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0147/2025

Pregão nº 446/2024 – NEGEP-SERP
Processo nº 2024-0CGDN
COMPRASGOV: nº 90446/2024
UASG: 925120
ID CiudadES nº 2024.500E0500019.02.0417

1º TERMO DE RERRATIFICAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0147/2025 QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E A EMPRESA: ABC FARMACÊUTICO LTDA - PARA REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS.

Pelo presente instrumento, o ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representada legalmente pela SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE – CAROLINA MARCONDES REZENDE SANCHES, designado pelo Decreto Estadual nº 1953-S, DE 01.10.2024 e publicado no DIO de 02/10/2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, sob nº. 446/2024, conforme processo E-DOCS nº 2024-0CGDN, RESOLVE registrar os preços da empresa: ABC FARMACÊUTICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: 52.967.925/0001-00, com sede a Rua Francisco Assumpção de Carvalho nº 116 Cep: 29.109-024, Jardim Guadalajara, Vila Velha, ES – E-mail: licitacao@abcfarmaceutico.com.br - empenhoabcfarmaceutico@gmail.com - Telefone: (27) 3340-7972 ou (27) 3075-2397 - neste ato representado por LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAUJO - RESOLVE celebrar o presente Termo de Rerratificação à Ata de Registro de Preços nº 0147/2025, publicada no PNCP em 06/02/2025, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente TERMO DE RERRATIFICAÇÃO é proceder a CORREÇÃO na “TABELA-UNIDADE” das cláusulas 02 e 12, à Ata de Registro de Preço nº. 0147/2025, de forma que a mesma passe a vigorar com a seguinte redação:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0147/2025

2 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas do item, fornecedores e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

| ITEM | CÓD. SIGA | CÓD. CATMAT | ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT. MÁX. | VALOR UNITÁRIO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|------|-----------|-------------|---|-------------|-------------|--------------------|-----------------|
| 01 | 243205 | 276839 | DILUENTE USO HUMANO: SOLUCAO CONCENTRADA INJETAVEL COMPOSICAO: AGUA DESTILADA. FORMA FARMACEUTICA: AMPOLA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: 10 ML; EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO E PROCEDENCIA. MARCA: FARMACE - AGUA PARA INJEÇÃO FABRICANTE: FARMACE DETENTOR DO REGISTRO: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICOFARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº DO REGISTRO: 1108500110066 | AMPOLA 10ML | 2334000 | R\$ 0,2117 | R\$ 494.107,80 |
| 04 | 250117 | 446264 | MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCÍPIO/CONCENTRACAO1: AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML FORMA FARMACEUTICA: XAROPE PEDIATRICO + COPO MEDIDOR; VIA DE ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO MARCA: GENÉRICO FABRICANTE: FARMACE DETENTOR DO REGISTRO: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICOFARMACÊUTICA | MILILITRO | 13157100 | R\$ 0,0195 | R\$ 256.563,45 |

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

| | | | | | | | |
|----|--------|--------|--|-----------|---------|------------|----------------|
| | | | CEARENSE LTDA Nº DO REGISTRO: 1108500390115 | | | | |
| 05 | 250118 | 446263 | MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCÍPIO/CONCENTRAÇÃO: AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML FORMA FARMACEUTICA: XAROPE ADULTO + COPO MEDIDOR; VIA DE ADMINISTRAÇÃO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO MARCA: GENÉRICO FABRICANTE: FARMACE DETENTOR DO REGISTRO: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICOFARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº DO REGISTRO: 1108500390050 | MILILITRO | 8434650 | R\$ 0,0234 | R\$ 197.370,81 |

12 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 948.042,06 (Novecentos e quarenta e oito mil, quarenta e dois reais e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

| ITEM | CÓD. SIGA | CÓD. CATMAT | ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT. MÁX. | VALOR UNITÁRIO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|------|-----------|-------------|---|--------------------|-------------|--------------------|-----------------|
| 01 | 243205 | 276839 | DILUENTE USO HUMANO: SOLUÇÃO CONCENTRADA INJETÁVEL COMPOSIÇÃO: ÁGUA DESTILADA. FORMA FARMACEUTICA: AMPOLA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: 10 ML; EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PROCEDENCIA. MARCA: FARMACE - ÁGUA PARA INJEÇÃO FABRICANTE: FARMACE DETENTOR DO REGISTRO: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICOFARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº DO REGISTRO: 1108500110066 | AMPOLA 10ML | 2334000 | R\$ 0,2117 | R\$ 494.107,80 |
| 04 | 250117 | 446264 | MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCÍPIO/CONCENTRAÇÃO: AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML FORMA FARMACEUTICA: XAROPE PEDIÁTRICO + COPO MEDIDOR; VIA DE ADMINISTRAÇÃO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO MARCA: GENÉRICO FABRICANTE: FARMACE DETENTOR DO REGISTRO: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICOFARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº DO REGISTRO: 1108500390115 | MILILITRO | 13157100 | R\$ 0,0195 | R\$ 256.563,45 |



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

| | | | | | | | |
|----|--------|--------|---|-----------|---------|------------|----------------|
| 05 | 250118 | 446263 | MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: AMBROXOL, CLORIDRATO 6MG/ML FORMA FARMACEUTICA: XAROPE ADULTO + COPO MEDIDOR; VIA DE ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO MARCA: GENÉRICO FABRICANTE: FARMACE DETENTOR DO REGISTRO: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICOFARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº DO REGISTRO: 1108500390050 | MILILITRO | 8434650 | R\$ 0,0234 | R\$ 197.370,81 |
|----|--------|--------|---|-----------|---------|------------|----------------|

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do Termo Primitivo.

CAROLINA MARCONDES REZENDE SANCHES
SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
CONTRATANTE

LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAUJO
ABC FARMACÊUTICO LTDA
CONTRATADA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CAROLINA MARCONDES REZENDE SANCHES

SUBSECRETARIO ESTADO

SSAS - SESA - GOVES

assinado em 25/04/2025 14:38:38 -03:00

LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAUJO

CIDADÃO

assinado em 28/04/2025 13:02:02 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 30/04/2025 10:18:38 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por KELLY KRYSS FERREIRA BICARIS BORGES (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (MGS) - NECV - SESA - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-XG83DC>

nos municípios, o Sr. André Luiz Toscano Dalmásio agradece a participação de todos e enfatiza a boa parceria que a ARIES teve com os municípios no ano de 2025 e passa a palavra para o Sr. Gedson Brandão Paulino realizar as deliberações finais. Em seguida, o Presidente da ARIES, o Sr. Gedson Brandão Paulino finaliza agradecendo novamente a participação e colocações de todos os presentes e deseja um excelente final de ano e festividades a todos e não havendo outras deliberações, deu-se por encerrada a Assembleia Extraordinária da ARIES às 10h:13min. Nada mais havendo a tratar, Eu, Kamily Ferraz Paulino, () lavrei a presente ata, que segue assinada por mim.

Protocolo 1693193

Licitações

Prefeituras

Afonso Cláudio

Adjudicação e/ou Homologação

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025 - WCOMPRAS ID Nº 441613

**ID CIDADES Nº: 2025.001E0500001.01.0011 -
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 22432/2025**

OBJETO: Registro de Preços de câmara para refrigeração de vacinas.

Tendo o processo licitatório obedecido os trâmites legais, principalmente as regras da Lei Federal Nº 14.133/21, pela Lei Complementar Nº 123/2006, Decreto Municipal Nº 584/2023 e Decreto Municipal de nº 585/23, **ADJUDICO/HOMOLOGO** o resultado do Pregão em epígrafe em favor da vencedora:

ELBER INDUSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 81.618.753/0001-67 - lote/item: 01 - no valor total de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

PREGWEB LTDA ME, inscrita no CNPJ 27.114.845/0001-64 - lote/item: 02 - no valor total de R\$ 14.375,00 (quartoze mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Afonso Cláudio/ES, em 18 de dezembro de 2025

Carolina Dias Gomes
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Afonso Cláudio/ES

Protocolo 1693785

Alfredo Chaves

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES - ES

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 034/2025.
PROC. ADM. Nº 007807/2025

ID TCE/ES: 2025.005E0700001.01.0036

O MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES, através da Pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com abertura no dia 13/01/2026 às 09h00min, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar-condicionado e cortinas de ar, bem como a execução dos serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva por meio de Sistema de Registro de Preços, mediante Pregão Eletrônico, a fim de atender às demandas da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves. EDITAL através dos sites: www.alfredochaves.es.gov.br ou

Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou

www.portaldecompraspublicas.com.br

Informações: (27) 92001-0922 e licitacao@alfredochaves.es.gov.br

Luana Bosio Borges

Agente Contratação/Pregoeira

Protocolo 1693668

Ata de Registro de Preço

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALFREDO CHAVES - ES

Participação SERP E&L nº 148/2025.

Processo Adm. nº 13675/2025.

Ata de Registro de Preços nº 0147/2025, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 446/2024.

Id. CidadES nº ID: 2024.500E0500019.02.0417.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Alfredo Chaves/ES.

Contratada: Abc Farmacêutico Ltda.

Objeto: Água Para Injetáveis Ampola 10ml.

Valor Total: R\$ 846,80 (oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos).

Vigência: Até 06/02/2026.

Secretaria Municipal de Saúde

Alfredo Chaves/ES

Protocolo 1692931

Alto Rio Novo

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO/ES - ID. CIDADES 2025.006E0700001.16.0015

- Aviso de Licitação - Concorrência Presencial Nº 003/2025 - O Município de Alto Rio Novo/ES torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência, na forma Presencial, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE RESIDENCIAL DE 03 QUARTOS, 01 SALA 01 COZINHA, 01 GARAGEM, 01 BANHEIRO E 01 ÁREA DE SERVIÇO, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO 03351/2025 E ACORDO DE ACORDO DE INDENIZAÇÃO PELA RESIDÊNCIA DANIFICADA NO ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA, DISTRITO DE MONTE CARMELO. A sessão ocorrerá no dia 19/01/2026 às 13h00. Os interessados poderão retirar o Edital pelo site: www.altorionovo.es.gov.br bem como na Sede da Prefeitura Municipal de Alto